



Depois de durante séculos terem inspirado um misto de temor e reverência ao Ocidente cristão, os turcos otomanos tornaram-se o objecto do escárnio e desprezo dos europeus mais familiarizados com as realidades do Próximo Oriente. Durante o século XIX, a luta das populações cristãs dos Balcãs pela sua independência em relação à Turquia (“o homem doente da Europa”) seria uma das causas mais acarinhadas pela intelligentsia europeia. Esta caricatura do Punch (Janeiro de 1877) ilustra a profunda desconfiança da opinião pública britânica face às promessas de reforma do sultão otomano, na sequência dos célebres “horrores búlgaros”. **RI**

A TURQUIA DE REGRESSO À EUROPA?

Teresa de Sousa e Manuela Franco

MINHA CARA MANUELA,

Provavelmente somos ambas favoráveis à recente decisão da União Europeia de abrir oficialmente, ainda este ano, as negociações de adesão com a Turquia.

É curioso que assim seja, porque teremos, certamente, sobre a Europa ideias bem diferentes. Sinal dos tempos.

Vale, pois, a pena apresentar algumas das minhas razões.

A questão turca existe na União praticamente desde a fundação da Comunidade Europeia. Basta dizer que data de 1959 o primeiro pedido de adesão turco e que o Acordo de Associação entre a CEE e Ancara foi assinado em 1963, prevendo o seu artigo 28.º que «logo que a aplicação deste acordo tenha avançado o suficiente [...] as partes contratantes devem examinar possibilidade de acesso». Em 1987 a Turquia voltou a apresentar em Bruxelas o seu pedido de adesão, que foi recusado sobretudo devido às relações tensas entre Ancara e Atenas e à questão de Chipre.

A Europa nunca pôs em causa a vocação europeia da Turquia. Ancara pertence a todas as organizações multilaterais europeias, da OCDE à NATO, passando pela

OSCE e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). A única exceção é precisamente a UE. Dizer que a Turquia não é um país europeu é, do ponto de vista da História, algo muito difícil de sustentar.

A questão turca entra de novo em força no debate europeu a partir do momento em que, no Conselho Europeu de Helsínquia, em 1999, a União passa a considerar a Turquia «como um Estado candidato» em igualdade de circunstâncias com os outros Estados candidatos. A partir daí, valem para ela os mesmos «critérios de Copenhaga» (1993) que serviram de guião para as negociações de adesão dos países que entraram no ano passado e a todos os outros que continuam na calha. A decisão sobre o início das negociações ficava, pois, apenas dependente da Turquia empreender as suficientes reformas políticas para ser considerada, para além de qualquer dúvida, num Estado de Direito democrático, respeitador dos direitos humanos e das minorias.

Só a partir do reconhecimento da candidatura turca e, sobretudo, durante a conta-

gem decrescente para a decisão sobre o início das negociações (Dezembro de 2004) começou o verdadeiro debate. Agora travado num contexto completamente distinto: no contexto pós-II de Setembro. Envolvendo, pois, muito mais do que a questão dos critérios, que dão o direito de acesso a qualquer Estado que seja simultaneamente europeu e democrático (como dizem os tratados) e fazendo despoletar um confronto clarificador entre visões diferentes sobre o futuro da Europa.

Deixo de lado a questão do islamismo. Contra os que falam da «islamização» da Europa, direi apenas que o problema da convivência entre culturas distintas existe tanto nos arredores de Paris como em Ancara ou Istambul. É um problema que a Europa tem que resolver. E recordarei, o projecto europeu é político – assenta em valores políticos –, tendo pois na sua carga genética a rejeição de qualquer diferenciação étnica, religiosa ou cultural.

Conheces bem essas visões em confronto. Telegraficamente, direi que a primeira pode ser corporizada por Valéry Giscard d'Estaing, que foi o primeiro a dizer que a entrada da Turquia significaria o fim da UE tal como a conhecemos. É uma visão que recolhe muitos adeptos em França – mas noutros países também, incluindo Portugal –, segundo a qual o destino da UE é aprofundar a sua união política em torno do eixo Paris-Berlim para adquirir progressivamente a natureza de super-Estado, dotado de uma política externa e de uma defesa comuns. A este caminho «finalista» da vocação do projecto europeu corresponde uma visão do mundo na qual

a UE – uma «pequena Europa» coesa e homogénea – se constituiria como pólo de poder alternativo aos EUA num mundo multipolar. É a ideia de uma Europa «superpotência» à imagem e semelhança da superpotência mundial.

Atalhando razões, a França, que mergulhou numa profunda crise sobre a sua identidade europeia desde a queda do Muro de Berlim, apenas aceitou o grande alargamento no quadro de um *trade-off* com a Alemanha. Na verdade, não é apenas o alargamento à Turquia que preocupa Giscard. É uma União cada vez mais alargada – «espaço» em vez de «potência» –, portadora de uma muito maior diversidade e geradora de novos equilíbrios internos, necessariamente diferente daquela que a França se habituou a liderar. Daí a relevância que teve e tem no debate a questão das fronteiras (e, portanto, de um território, enquanto elemento da definição de um Estado).

Nesta perspectiva, dizer sim à Turquia é abandonar a nostálgica e perigosa quimera do super-Estado, que já não tem lugar na nova realidade europeia pós-Guerra Fria e que, aliás, já estava implicitamente abandonado com a opção estratégica da UE em favor do grande alargamento.

O erro dos que se apegam à velha ideia dos pais-fundadores de uma Europa federal é que apenas vêem como a outra velha ideia «britânica» da Europa reduzida a um grande mercado interno. Não são já esses – nem poderiam ser, basta olhar para o que é a Europa hoje – os termos do debate. Nenhum destes modelos se adapta à nova realidade europeia e mundial e às novas

condições em que a União Europeia deve progredir.

E aqui chegamos ao meu ponto. A construção política da UE passa hoje sobretudo por dotá-la de uma dimensão estratégica que reforce o seu papel de actor global. O seu maior desafio é estabilizar pela integração não apenas todo o espaço europeu mas as suas periferias – a Leste, a Sudeste e a Sul. A sua maior realização da última década foi, precisamente, ter transformado a simples ideia de «regresso à Europa» na força motriz das transições pacíficas para a democracia e a economia de mercado dos países da Europa Central e de Leste (incluindo hoje os Balcãs Ocidentais, depois de duas guerras fratricidas). A sua missão fundamental é continuar a exercer o mesmo efeito integrador sobre os seus vizinhos europeus e projectar a estabilidade e a segurança para além das próprias fronteiras da Europa – na Rússia, no Cáucaso, no Médio Oriente e no Norte de África. Exercendo progressivamente à escala global o seu papel de «superpotência de tipo novo» (como escrevem, por facilidade, alguns analistas), diferente dos EUA mas também diferente das novas potências emergentes, prefigurando um novo modelo de governação regional e mundial que resulta da natureza única do seu próprio modelo de integração.

O que está dito sustenta sobejamente, creio eu, o sim à Turquia. País na confluência de regiões vitais para a segurança europeia e para a segurança do seu abastecimento energético. «Ponte» com o mundo islâmico. Com uma capacidade militar que contribuirá para o reforçar da dimensão militar da Europa (a Turquia

esteve presente em todas as missões da NATO e da UE nos Balcãs e está na ISAF, no Afeganistão).

É na mesma perspectiva que a UE tem de colocar a questão da Ucrânia.

É esta a visão da Europa que pode dar sentido à integração europeia no século XXI. A outra, de uma pequena Europa federal, teve a sua derradeira oportunidade em Maastricht, quando Helmut Kohl propôs a François Mitterrand uma união política (para além da UEM) e a França hesitou. Agora é tarde e os alemães já o perceberam.

Deixa-me socorrer-me das palavras de Joschka Fischer em recente entrevista ao *Berliner Zeitung*: «Antes, eu fazia parte das pessoas que eram 51 por cento a favor da adesão da Turquia mas com 49 por cento de dúvidas. Mudou a minha posição na sequência do 11 de Setembro. Desde aí, tornou-se cada vez mais claro para mim que a integração europeia também tem uma dimensão estratégica». Para Fischer, a hora já não é de uma «pequena Europa federal» – o «núcleo duro» que ele próprio defendeu há quatro anos.

Mas isso não quer dizer que a Europa não continue a ser um projecto político. Aliás, o mesmo, mas agora em função do mundo que existe e não daquele que existia há 50 anos – um projecto para tornar os conflitos impossíveis e garantir a paz e a prosperidade. Como escreveu Anne-Marie Le Gloannec no *Figaro*, «ela exerce de algum modo um *soft power* musculado em relação ao seu “estrangeiro próximo”», a sua verdadeira política externa, que se exerce pela expansão da democracia e do mercado.

Muito longa a missiva? Foi apenas para provar porque é que a Turquia não é

incompatível com uma nova identidade política europeia, que seja viável e faça sentido no mundo actual.

TERESA DE SOUSA

CARA TERESA,

Sim, sou de facto favorável ao acolhimento da candidatura turca à integração europeia e até partilho alguns dos teus argumentos. Só não é caso para dizer que pregas a uma convertida na medida em que, de facto, as razões que me levam a saudar a decisão do Conselho Europeu relevam da política, não da fé.

A meu ver, são muitos os factores que militam pelo sim. Desde logo, a perspectiva de um longo processo de adesão da Turquia, ao colocar novos testes aos processos de construção europeia, aumenta a probabilidade de que a realidade se sobreponha à utopia e que venha a ser possível a UE configurar-se como uma entidade colectiva dinâmica e em harmonia com a ordem das nações. Assim como um NÃO ao Tratado Constitucional permitirá um PARE, ESCUTE, OLHE capaz de ainda salvar a ideia, bela, de uma UE que, ao serviço dos indivíduos e dos povos que a constituem, possa adquirir a legitimidade política que lhe garanta o tão ambicionado perfil de actor global. Com sorte, e bons ventos, entre uma coisa e outra, teríamos um período de consolidação e reflexão sobre as questões que precisam de ser decididas, nos méritos próprios pelos Estados-membros da União, em confronto com a realidade e não com projecções de paz perpétua e felicidade ilimitada.

Essas questões são, claramente, a questão da identidade e a questão das fronteiras da

UE, dois aspectos essenciais à mais ténue capacidade estratégica e, daí, ao tão reclamado estatuto de «actor político global». Como é que se pode falar de política externa comum sem ter assegurada a defesa comum? Como é que se pode assegurar a defesa comum sem haver acordo quanto à definição dos inimigos comuns? Como é que se pode definir inimigos comuns se não sabemos quem somos, ao que vimos? Sem saber onde passa a fronteira? Ou o inimigo é puramente interno? Como se pode compreender a demência anti-americana? É porque a única fronteira segura é o Oceano Atlântico?

Qualquer entidade necessita da noção de si própria e do seu lugar no Mundo. Ora, o fim dos limites postos pela Guerra Fria veio colocar o projecto de construção europeia diante das suas verdades essenciais. E a partir de 1989, o problema da identidade pôs-se incontornável. A queda do Muro, o fim da URSS e a reunificação ideológica do mundo desenvolvido, fizeram explodir a contradição, até então latente, entre duas formas distintas da identidade da UE: a geográfica-histórica da península asiática conhecida por Europa; e a ideológica que pretendia transformar a UE num motor da História. Sabem-se hoje as limitações do grau de partilha desta visão.

Estou assim completamente de acordo com dois dos teus pontos fundamentais sobre o sim à Turquia: que «significa o fim da nostálgica e perigosa quimera do super-Estado, que já não tem lugar na nova realidade europeia pós-Guerra Fria e que, aliás, já estava implicitamente abandonado com a opção estratégica da UE em

favor do grande alargamento»; e que leva a um «confronto clarificador entre visões diferentes sobre o futuro da Europa».

Só não consigo é partilhar a segurança com que tiras consequências destas tuas convicções. Não me deixo, pelo menos para já, tranquilizar. Parece-me muito duvidoso que de repente o princípio da realidade se imponha assim à dinâmica daquilo a que muito bem chamas «perigosa quimera». E também duvido da disponibilidade dos que nela apostavam para agora se prestarem a clarificações donde sairiam perdedores. Não creio ainda chegado o «momento da verdade». Aliás para ajuizar dos contactos intermitentes com a realidade por parte da maquinaria europeia, basta ver a simplicidade com que a actual Comissária das Relações Externas reclamava, há dias, um único lugar para a UE no Conselho de Segurança das NU, onde a União falaria com uma única voz. Será que deu conta de um caso chamado Iraque? Ou o designado Alto Representante Solana [para comentários sobre os títulos dos cargos, respectiva grafia e uso de maiúsculas, remeto para George Orwell] a preparar um serviço diplomático comum para uma política externa comum que será decidida por voto de maioria qualificada, ainda antes de ver passado um, ao menos um, referendo do tratado constitucional num país dito «importante». É o velho princípio da bicicleta, que só em andamento consegue manter o equilíbrio... Quem não se lembra dos intelectuais franceses a defender Estaline?

Recordas que o projecto europeu é político – assenta em valores políticos que reconduzes à ideia de que a carga genética

do projecto europeu é a rejeição de qualquer diferenciação étnica, religiosa ou cultural. A carga genética do projecto europeu não é essa. A carga genética do projecto europeu é o medo, e a imperiosa necessidade de sobrevivência aos miasmas criados pela competição franco-alemã pelo sonho de domínio do império carolíngio. Como diz Jean Claude Millner, a construção europeia é um produto do gás Zyklon B. Não há que santificar a origem do projecto político europeu.

A meu ver, o carácter islâmico da República Turca é o principal agente provocador do «confronto clarificador» que tão bem referes.

Aí contrario o teu ponto de vista, pois me parece de todo impossível deixar de lado essa questão do islamismo. Há que convir que problemas islâmicos em Ancara não é bem a mesma coisa que problemas islâmicos em Paris ou Marselha. E que os últimos quinze anos foram nitidamente marcados pela subida do integrismo muçulmano, primeiro nos países muçulmanos, do Paquistão ao Marrocos, da Argélia à Turquia, ou na África Austral; e, em seguida, nos países europeus, onde as minorias muçulmanas se radicalizaram. O problema que está posto não é nem de convivência cultural, nem antropológico, nem social, nem propriamente religioso. É um problema que desafia o modelo europeu, o modelo político, os instrumentos usados para processar o poder e organizar as sociedades de maneira democrática, E não é um problema para a «Europa» resolver: é claramente um caso de «subsidiariedade», cuja «resolução» cabe aos Estados que o têm, como aliás

demonstram tanto o caso das leis sobre o uso do véu em França, como a reacção holandesa ao assassinato de T. van Gogh, como os projectos ventilados em Inglaterra quanto a criminalizar as blasfémias. Ou, no outro extremo, as bolímicas propostas espanholas de amizade do Ocidente ao Islão.

Diria que os debates provocados pela decisão de aceitar a ideia da Turquia vir a ser membro da UE e de iniciar o respectivo processo de adesão falam também sobre os problemas do Poder e da sua legitimidade dentro da União – problemas que os protagonistas principais da chamada «aventura europeia» têm consistentemente procurado varrer senão para debaixo do tapete seguramente para fora do campo de atenção dos cidadãos dos Estados-membros.

A atmosfera de crise e mudança profunda que marca os nossos dias e a noção da importância de batalhar pela ordem com que nos queremos ver governados não são grandes facilitadores da síntese – que neste momento só me parece ao alcance do slogan político ou ideológico. E não quero aqui socorrer-me das minhas credenciais eurocépticas, a que muito discretamente aludes. Mas nem em tudo lhes posso escapar: começo por, sem ofensa, pôr os traços e os pontos nos meus tês e nos meus is. Não se pode pensar racional e lucidamente sobre realidades falseadas – e um dos problemas da UE é justamente esse. Começa com a confusão, subtil, com que deliberadamente se chama Europa a uma construção política que é a UE. Europa é uma marca registada? As dificuldades prosseguem com a designação de

«União», uma espécie de «antes de ser já o era», um conceito claro e de conteúdo preciso para uma entidade que nem é uma coisa nem outra: está em constituição, é um devir que vai tendo consequências, evoluindo sem limites nem fronteiras, ao sabor das oportunidades do momento.

Esta dificuldade aponta para uma, talvez a principal, deficiência genética da construção europeia, que é ter sido, e continuar a ser feita nas costas do povo. O tradicional «despotismo iluminado» das elites políticas da Europa continental tende a trabalhar na base de: o povo é burro, o povo é soberano, logo o povo é perigoso e só é governável por manipulação. Criou assim o seu próprio alcapão: sem a defesa e legitimação do projecto europeu pela participação das comunidades nacionais, aos poucos, o projecto de neutralização mútua franco-alemã foi sendo colonizado pelos vícios políticos do tradicional, oitocentista, «concerto das potências» e redundou no projecto de poder político à escala europeia, agora desmascarado pela compulsividade do comportamento francês diante dos EUA – que teve o seu momento alto no Conselho de Segurança das NU no Inverno de 2002, mas que de facto se revelara a partir da assinatura dos alargamentos europeus, no Outono anterior, nas Cimeiras de Praga e Copenhaga. O peso e as consequências do alargamento aos dez novos membros NATO e UE tornava claro: a questão geoestratégica é quem mais ordena. É também ela que segura a caneta que assina o compromisso de estabelecer negociações para a integração europeia da Turquia.

Acima de tudo, o 11 de Setembro, a reacção dos EUA, a questão do Iraque, as divi-

sões na UE, mostraram que a integração já tinha avançado o suficiente para que a ideia de a França e a Alemanha serem os líderes naturais e intérpretes iluminados dos interesses europeus tivesse de ser brutalmente desmentida. As hipóteses de a União se dotar de um poder democrático de carácter federal seriam nulas enquanto a França estivesse em posição de manipular o processo a favor de um projecto de manutenção de predomínio nacional em completa desproporção com a sua real capacidade política.

As potências continentais viveram cinquenta anos numa bolha, arrogando-se título de guardiães da paz do velho continente, quando não eram mais que auxiliares, nem sempre de resto grande ajuda. Por razões que um dia alguém explicará, convenceram-se que a guerra tinha sido eliminada da Terra, e que podiam continuar a ditar regras à Europa e, quem sabe, ao Mundo, através de hábil direccionamento do poderio económico europeu e da sacralização da negociação e do direito como mediadores das relações entre Estados.

Enfim, com os acontecimentos políticos dos últimos quinze anos, a moldura passou a colocar-se ao nível estratégico e de poder. Sem poder não se garantem fronteiras. A sedução pelo inescapável charme do conforto burguês não é suficiente para estender o *soft power* à orla do universo, e o conforto das liberdades não resolve as necessidades de transcendência que certos homens vão ao longo dos séculos teimando em transportar.

A Turquia não precisa de ser europeia para se juntar a um sistema de integração estra-

tégico, político e de segurança que a UE tem de pôr a funcionar, sob pena de o seu tão estimado *soft power* se tornar uma brincadeira.

Agora: a Turquia não é um manso cordeiro – é um parceiro difícil, belicoso, a quem é pedida uma metamorfose colossal. Como não baquear diante da ideia da entrada no seio da UE de uma grande nação muçulmana, com perto de 70 milhões de habitantes, orgulhosa do seu passado imperial, consciente do seu peso geopolítico e marcada por um saudável patriotismo, com o qual também conto, confesso, como ajuda para a reposição do ênfase lá onde ele deve estar, bem ancorado no Estado nacional?

São de resto claros os motivos do interesse turco. O processo de reestruturação política em curso mostra que há cento e cinquenta anos que os turcos se dedicam a garantir que os ventos da história não os tiram do sítio. Desde o princípio das reformas modernizadoras com que respondeu às investidas napoleónicas até à clarividência com que reconheceu a adversidade pós-1917 e sacrificou território e outras marcas imperiais para se transformar em república moderna, sem esquecer o perfil da respectiva participação nas duas guerras mundiais, a Turquia nunca prescindiu de exercer as suas prerrogativas e responsabilidades no concerto das nações europeias.

A meu ver, o objectivo estratégico principal turco está, neste momento, em arranjar garantias de estabilidade na frente ocidental, e um horizonte para o povo e para a região, que ela própria, Turquia, não pode agora fornecer – sob pena de

perder qualquer hipótese de orientar e controlar as suas fronteiras orientais ameaçadas pelo processo de regateio em curso entre os diversos estados sucessores da parte árabe do império otomano. Muita ponderação política e muita cautela diplomática ajudarão a Turquia a navegar este estreito, enquanto, a Leste, os EUA dão o corpo e o empenho para limpar o campo. Pense-se o que se pensar sobre a Turquia, é claro que o Bósforo separa a Europa da Ásia, Mas então... o que nos separa da Rússia? Sempre ouvi dizer que os Urais eram uma fronteira artificial. E a Ucrânia? Pobrezinha, nem sequer é um país... a bem dizer, um território, zona de fronteira cinzenta, berço da nacionalidade russa... A construção da identidade ucraniana precisa tanto de ajuda material e financeira... E que dizer do alargamento a Leste, a esses ex-territórios otomanos, a Roménia, a Sérvia, a Bulgária? Ou a já entrada Grécia, de que recordarei apenas as tantas e tão prolongadas dificuldades de integração na UE e da adesão aos valores de secularização e de moderação política?

A visão de terceiros é também um espelho para a identidade. O desejo de entrada da Turquia traz à baila uma questão importante. Todas as dúvidas que se põem dentro da União – e são legítimas e importantes – não são de molde a desencorajar os países limítrofes que vêm nela não só um passaporte para o progresso, a democracia e o Estado de Direito, mas também e talvez, sobretudo, garantias colectivas de segurança sustentadas por compromissos contratuais mútuos e sujeitos a sanção mediante aplicação de poder judiciário interestatal.

Por mim dar-me-ia por muito satisfeita se pudesse contar com uma Europa honesta, apostada na reconstrutualização das relações internacionais, inter-Estados europeus, do Atlântico aos Urais, que transformasse as regras de conduta em soberanas, sancionáveis, regras de direito. A arquitectura da UE vale, em si própria, pela criação de uma comunidade de Estados que busca transformar as condições de funcionamento do sistema internacional. Na base desta ambição está o objectivo revolucionário de submeter ao direito as relações entre Estados soberanos. É um objectivo de longo prazo. A dimensão do número de Estados agregados que constitui massa crítica suficiente para a comunidade poder sobreviver dentro do sistema internacional tem sido fonte de problemas. Este debate conhecido como «alargamento versus aprofundamento» foi o terreno da luta pelo poder dentro da organização e pelo controle do processo constitutivo. E continua a ser.

Até hoje, a política externa comum da União Europeia é a política do alargamento.

MANUELA FRANCO

CARÍSSIMA,

Tenho alguma dificuldade em responder aos teus argumentos porque partes do princípio – foi esta a minha leitura – de que a UE, tal como os cristãos, tem na sua génese o pecado original e está, por isso mesmo e na medida em que não há redenção nem confissão, condenada para sempre. Nasceu do medo, dizes tu. De Estaline e do Zyklon B? Deveria ter nascido da revelação? De uma ideologia finalista? Mas,

sobretudo, o que eu acho mais curioso é essa obsessão com o seu «nascimento» – essa impossibilidade histórica de ter nascido porque colide com as regras de interpretação do mundo e da sua história, tal como a entendes. Confesso que não sei o que é a «ordem das nações» nem vejo como a rejeição da Constituição europeia pode servir a integração da Turquia. Aliás, pô-la-á irremediavelmente em causa. É, dizes quanto muito, uma «bolha» que rebentará inexoravelmente mais dia menos dia.

Enquanto esperamos que a «bolha» europeia rebente, prefiro, se me permites, não ir por aí. Esse é outro debate. Aliás, na minha modesta opinião, pouco interessante porque estritamente ideológico. Limito-me a dizer que a União Europeia existe, progride, que também pode regredir, mas isso dependerá das decisões que os seus responsáveis forem ou não capazes de tomar e não de qualquer guião pré-determinado. E acrescentarei que, na última década, a União conseguiu responder ao maior desafio que se lhe colocava com o fim da Cortina de Ferro: a possibilidade de unir o continente através da expansão da democracia e do mercado. Foi o que fez. (Não é um objectivo tão grandioso como o que está expresso na nova «doutrina Bush» sobre a liberdade, nem dispõe dos mesmos instrumentos, mas baseia-se na mesma doutrina razoável segundo a qual a democracia pode fazer a grande diferença na paz e na estabilidade mundiais). Com todas as suas imperfeições, limitações, contradições, a Europa mantém-se um poderoso «magnete» para onde toda a gente quer entrar,

mesmo que seja ao «preço» do bom comportamento democrático, da resolução pacífica de disputas fronteiriças, do respeito pelas minorias e, inclusivamente, do progressivo alinhamento pelo denominador comum da acção externa da União.

Volto, por isso, à Turquia, ao «sim mas» europeu e ao futuro.

Num recente artigo no *Le Monde*, Steven Evert, do Center for European Reform, de Londres, recomendava aos habituais detractores da União e da sua acção externa uma viagem pela Turquia. Para constatarem *in loco*, naturalmente, as mudanças políticas e económicas que o país fez em meia dúzia de anos com o objectivo de realizar o seu principal objectivo estratégico: integrar-se na Europa. Ou seja, a vida europeia para a sua plena ocidentalização.

Com o fim da Guerra Fria, também a Turquia sofreu uma profunda transformação nas suas prioridades estratégicas. Durante décadas, as suas elites professaram um nacionalismo conservador, uma estrita laicidade e uma aliança estratégica com Washington. Qualquer desvio a estes três pilares era rapidamente corrigido pelos militares, guardiães do regime quer a nível interno quer a nível externo. Foi a eleição da Europa como principal vector estratégico da sua inserção internacional que levou à progressiva alteração do estado de coisas interno. Foi o incentivo europeu que ajudou a resolver as questões que foram tabu durante décadas: os direitos da minoria curda, adequados a um regime democrático; o papel do exército e a sua progressiva submissão ao poder civil; a própria possibilidade da chegada ao poder

de um partido islâmico moderado (um bloqueio democrático que muitos países islâmicos têm de resolver, ainda que em condições muito mais difíceis que a Turquia). Foi o incentivo europeu que levou Ancara a reduzir as tensões com os seus vizinhos, a começar pela Grécia, e a optar por uma via cooperativa para a resolução do problema de Chipre, como se viu em Abril do ano passado, com a execução do plano Annan.

As negociações de adesão – nem é preciso dizer-lo – vão continuar a ser um poderoso catalizador das transformações democráticas da Turquia e do alinhamento da sua acção externa com a União, mas também um estímulo às reformas económicas e sociais. A «europeização» acelerada é também a melhor garantia de que o partido islâmico moderado do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, que foi por sinal o principal agente da nova estratégia europeia da Turquia, a manter-se fiel à tradição laica, resistindo mais facilmente à tentação das recaídas de pendor «fundamentalista». Do mesmo modo que será o melhor estímulo à transformação das correntes nacionalistas, alimentadas e justificadas pela sua oposição ao islamismo, superando assim o principal bloqueio à democratização.

Pouca coisa no grande xadrez geopolítico mundial? Talvez. Na minha óptica, uma forma de «regime change» que não é, é verdade, aplicável em toda a parte mas que é indiscutivelmente barata, voluntária, profunda e duradoura. E que vai estar à prova, para a Europa e para a Turquia, nos próximos dez ou quinze anos.

Para regressar ao princípio e socorrendo-me do antigo comissário Chris Patten,

do ponto de vista europeu, as negociações com a Turquia vão ajudar a moldar a forma como a Europa se olha a si própria e ao seu papel no mundo, tanto em termos culturais como em termos geopolíticos. Serão uma extraordinária oportunidade para pensar-se estrategicamente e orientar nesse sentido as suas reformas institucionais e políticas.

Do ponto de vista de Ancara, será o teste derradeiro à sua capacidade de integrar profundamente na sociedade turca os valores políticos e cívicos e os padrões e as regras democráticas que são próprias das sociedades europeias.

Não vou tratar de todas as questões que levantas. Não é esse o objectivo do nosso diálogo. Nem da questão russa nem da legitimidade democrática do modelo europeu. Mas acrescentarei se me permites que a tua argumentação só pode conduzir à conclusão oposta ao teu enunciado: a Turquia não deve entrar na União Europeia.

TERESA DE SOUSA

MINHA CARA TERESA,

Perdoa-me a insistência na origem... Nem insistiria tanto nesta questão se ela não dissesse respeito ao constante esforço dos criadores da «ideologia Europa» de se apresentarem continuamente a trabalhar sobre uma tela branca, a tela onde inscrevem a promessa de ultrapassar a História e a Condição Humana. Existe assim «uma insustentável leveza do ser» como se a estrutura que está sendo criada – dentro da ambiguidade de objectivos que, simultaneamente, lhe permite o crescimento e a priva de legitimidade democrática – fosse

apenas uma estrutura especialmente genial, votada ao sucesso porque motivada intrinsecamente, apenas, pelos altos ideais da Revolução Francesa, e pela capacidade inocente e concreta de proporcionar elevado nível de vida aos cidadãos nacionais dos estados constituintes da União. Mas esta estrutura vem também sendo criada como suporte de um projecto de poder, como organização regional atípica que pretende impor o seu *modus faciendi* ao sistema internacional. Essa aliás é uma das razões porque procura incessantemente alargar a sua base territorial.

Sem História não há política! Então, voltando à origem: o medo que presidiu à fundação da empresa europeia foi o Medo de todo o mal que o homem – no caso certas espécies de *homo europeus* – é capaz de infligir. Esse medo foi acompanhado de esperança e de fé que se traduziram na criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Segundo o Cardeal Lustiger este «acto tão simbolicamente expressivo como concretamente eficaz, fundava uma obra de perdão e reconciliação entre dois povos». E o Cardeal «testemunhou pessoalmente que... na consciência dos franceses, o carvão e o aço eram o símbolo do militarismo prussiano e do imperialismo nazi».

É talvez desta raiz cristã que vem o espírito salvífico da UE. Mas, pergunta-se, como é que desde os dias da CECA, ou dos primeiros seis Estados, ou da entrada do Reino Unido e da Dinamarca, como é que se foi parar à ideia do «Actor Geopolítico Novo», rival assegurado dos EUA, possuidor da verdadeira interpretação dos Valores

Humanistas, líder da civilização pós-estatal, destinado a superar as determinantes, as fronteiras que dividem as nações e que fundamentam a irredutível especificidade dos Estados, e a criar um todo harmonioso, a construção última, a perfeita Babel?

Resumo esta réplica à tua observação sobre a atenção que dou à origem, dizendo apenas que criar instituições supranacionais e prescindir de exercer a soberania foi uma maneira interessante, produtiva e construtiva de reconstruir a Europa. Porém, transferir poderes não transfere Poder. E pergunto: Donde vem a autoridade para pensar pela Europa? Quem tem legitimidade para articular, para «ventriloquar» a sua vontade? Um lídimo intérprete? Um Alto Representante, e respectivas projecções e complexos de grandeza e/ou menoridade consoante a nação donde vem? Ou o banho ritual nas águas da burocracia europeia retira todos vícios de nascença?

Estes cinquenta anos de paz entre a França e a Alemanha deveram-se tanto à divisão alemã como à determinação francesa de gizar o projecto europeu à medida das necessidades de uma grandeza que como Estado nacional não conseguia já sustentar. Agora que nem uma nem outra prevalecem é que se vai saber qual a força dos laços entretanto cultivados.

Ainda antes de olhar para a adesão da Turquia, olho para as condições de vida na União a que já pertença, individual, nacional e regionalmente. Que espaço está previsto para a cidadania e para a liberdade e capacidade de acção política neste grandioso projecto europeu?

E aqui estamos confrontados com um projecto de «constituição». Se em vez de ter lugar sob a presidência de um francês, o processo de redacção tivesse tido lugar, digamos, na Duma russa, estava já alguma douta organização europeia a dizer que era um travesti democrático... Já passou, já se esqueceu. E agora anda por aí um documento que subtilmente trata de subverter a ideia da relevância estrutural, política das nações, a comunidade de tradições, de guerras religiosas etc. É tal a «agenda escondida», a das questões estratégicas, iludidas no último alargamento, não foram tão-pouco consideradas nos debates sobre o Tratado Constitucional da UE, e mesmo raramente afloradas a propósito da adesão da Turquia... no limite uma questão de adultério!

Enquanto isto, setenta e tal por cento dos «europeus» declara ao Eurobarómetro que a «Europa» deve ser uma «superpotência». A maioria dixit: a Europa é Paz, é Segurança. Títulos de filmes, toda a gente sabe. Dizem-nos que a Europa foi criada para garantir a paz entre as nações e para reconhecer a diversidade e a pluralidade da tradição. Todavia a tal de Europa só sabe repetir «nunca mais» como um mantra que garante uma poderosa acalmia da ansiedade. Entretanto, sem descanso, e sem quartel, promove a burocratização do político e a ideia de que a uniformização, qual deusa grega, irá gerar a unidade, parir o futuro povo europeu. Isto é possível?

E o programa prossegue, agora com o uso da palavra Constituição: é? Não é? Muda ou não muda a capacidade de comando dos Estados sobre a organização? Ah! Apenas desfigura e deslocaliza... É só uma doce

anulação simbólica das nações, ausência de reconhecimento da soberania, em última instância. Perigosa fuga para a frente, esta deslegitimação do Estado – diz que os povos estão «orgulhosos» das identidades que a União deve respeitar, mas que na verdade caberá à fúria praticante do poder judicial europeu interpretar, sobre critérios tão imponderáveis do ponto de vista das garantias do direito como sejam «diversidade» ou «subsidiariedade». *Dura lex sed lex?* Por trás do protagonismo desta «Europe-Puissance» e da encenação do Tratado Constitucional, o que está patente é a impotência conjunta dos Estados europeus numa Europa sem fronteiras.

A ideia de adesão da Turquia e o processo que vai encetar vem efectivamente questionar a «ideologia» da integração europeia como um processo teleológico que, à mão de líderes esclarecidos, orienta os povos da Europa, inescapavelmente, para longe dos mesquinhos interesses nacionais, em direcção a um – oportunamente revelado – fim de elevada bem-aventurança.

A candidatura da Turquia confronta os europeus com uma escolha que os assusta a propósito da natureza da União. Opera a estranheza, a noção ancestral do Islão rival e frequentemente inimigo. O Estado turco democrático e laico é herdeiro do império otomano, cuja confrontação guerreira com o Ocidente não está esquecida de ninguém, mesmo que a memória não esteja activa. De resto, os conflitos dos Balcãs estão aí para o demonstrar. O caso da Turquia põe em acção a relação entre as nações europeias cristãs e as sociedades muçulmanas. E aqui a ideia parece simples: se a CECA serviu para reconciliar

a França e a Alemanha, se a Turquia moderna, por intermédio dos instrumentos políticos modernos puder entrar na família das nações europeias herdeiras da tradição bíblica e do cristianismo, talvez a UE possa fazer o serviço de reconciliar os povos do livro – e levá-los a uma harmoniosa distanciação dos conflitos de interpretação sobre a origem e o fim do Homem na Terra.


Certo é que com a Turquia na UE se esbatem as possibilidades dessa coisa a que teimam em chamar EUROPA. A integração da Turquia marca uma nova fronteira política, a fronteira de uma união de Estados que procura, como creio já ter dito, condições de estabilidade, e previsibilidade através da prevalência de uma ordem jurídica internacional, cominatória, livremente aceite, aplicada e ampliada. É, a meu ver, um objectivo realista.

Os monstros dançam em volta da UE. Como projectar esse tão ambicionado *soft power*, isto é, poder e influência sem despesas nem compromissos militares? Ou os EUA fazem o serviço, ou então é preciso eliminar a ameaça: «take them in». Engolem-se sapos...

A UE tem 25 membros. Agora disse sim ao processo de adesão da Turquia. Já deixou entrever possibilidades aos sete estados balcânicos, com a Roménia, a Bulgária a Croácia, à frente, os outros depois. E as perspectivas a Leste? A Ucrânia, toda a gama dos estados «tampões» Bielorrússia, Moldávia, Geórgia, Arménia, Azerbaijão? E Israel? Isto para não falar de mais vizinhos a Sul...

As negociações com a Turquia vão desenrolar-se durante um período longo e difí-

cil, sujeitas às dificuldades próprias e a outros factores como a hostilidade latente de vários Estados europeus à política turca, a falta de solidariedade diante do terrorismo curdo, a incompreensão da sua aliança com Israel, o desprezo pelo seu atlantismo, a ideia de reduzir a Turquia a proporções lidáveis. Só que o «Homem Doente da Europa» já não é a Turquia, que não é responsável nem pelo vazio que subjaz às proclamações quotidianas de sintonia franco-alemã, nem pela incapacidade de a UE se dotar de uma estratégia a longo prazo capaz de pesar no Mundo, nem pela rigidez estrutural que impede o crescimento económico, nem sequer pelos problemas que a Lituânia, a Eslováquia, a Grécia ou Portugal venham a colocar ao núcleo duro europeu.

Penso, como muitos que, entretanto, a Turquia se vai transformar e que a necessidade de entrar/integrar já não se porá. O contrário também é possível: a entidade europeia que entrar em negociações com a Turquia pode também mudar de feitio. A Turquia tem tudo o que é preciso para vencer a batalha da liberdade e do desenvolvimento: daqui por dez anos projecta-se uma população de 80 milhões de pessoas e um mercado avaliado em 200 mil milhões de dólares americanos. A UE é um mercado comum, e a Turquia é a grande linha de defesa do seu flanco Sul. Podem os turcos entretanto prosseguir os seus objectivos de internacionalização e estabilização e trabalhar para o dia em que Bruxelas lhes venha pedir que entrem: Depressa. É urgente! 

MANUELA FRANCO